

zenda Pública, de 4 de Janeiro de 1870, aprovado por decreto da mesma data, e no decreto de 26 de Maio de 1911, desempenhará as funções das entidades referidas naqueles diplomas o inspector de finanças do distrito de Lisboa.

Os Secretários de Estado das Finanças e da Justiça e dos Cultos o façam publicar. Paços do Governo da República, 21 de Maio de 1918. — **SIDÓNIO PAIS** — *Alberto Osório de Castro* — *Francisco Xavier Esteves*.

SECRETARIA DE ESTADO DA MARINHA

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

2.ª Secção

Decreto n.º 4:290

Convindo facilitar a apresentação dos militares a que se refere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 4:223, de 8 de Maio de 1918:

O Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

No n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 4:223, de 8 de Maio do corrente ano, sejam substituídas as palavras: «às respectivas autoridades militares», pelas «a qualquer autoridade».

Determina-se portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com

fôrça de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Paços do Governo da República, 13 de Maio de 1918. — **SIDÓNIO PAIS** — *Henrique Forbes de Bessa* — *Martinho Nobre de Melo* — *Francisco Xavier Esteves* — *José Carlos da Maia* — *João Tamagnini de Sousa Barbosa* — *José Alfredo Mendes de Magalhães* — *José Feliciano da Costa Júnior* — *Eduardo Fernandes de Oliveira* — *António Maria de Azevedo Machado Santos*.

SECRETARIA DE ESTADO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Secretaria Geral

Portaria n.º 1:377

Atendendo a que o salão do Teatro de S. Carlos, até hoje occupado por entidades estranhas à sua exploração artística, possui todas as condições indispensáveis para que nele se instale provisoriamente a Biblioteca Popular de Lisboa, sem com isso prejudicar o regular funcionamento do referido Teatro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretario de Estado da Instrução Pública, que no salão do Teatro de S. Carlos se instalem os serviços da Biblioteca Popular de Lisboa, até que possa sair para estabelecimento próprio a Academia de Belas Artes, hoje instalada numa dependência da Biblioteca Nacional, dependência que depois será definitivamente occupada pela referida Biblioteca Popular de Lisboa.

Paços do Governo da República, 15 de Maio de 1918. — O Secretario de Estado da Instrução Pública, *José Alfredo Mendes de Magalhães*.